



# RELATÓRIO E CONTAS 2016

**Re-food 4 Good - Associação**

---

Instituição Particular de Solidariedade Social  
CONTRIBUINTE N.º 510.230.881  
COM SEDE NO CAMPO GRANDE, 78 – 8º  
CAE N.º 94995  
COM A ACTIVIDADE SOCIAL DE REDISTRIBUIÇÃO DO DESPERDÍCIO ALIMENTAR

## ÍNDICE

|   |           |
|---|-----------|
| <b>ÍNDICE</b> .....   | <b>2</b>  |
| <b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b> .....  | <b>3</b>  |
| <i>CARTA DO PRESIDENTE</i> .....  | 3         |
| <i>INTRODUÇÃO</i> .....   | 4         |
| <i>2016 – ANO DO COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR</i> .....                                       | 5         |
| <i>EXECUÇÃO DO PLANO E ORÇAMENTO 2016</i> .....   | 8         |
| <i>O IMPACTO SOCIAL</i> .....   | 12        |
| <i>CONCLUSÕES</i> .....   | 17        |
| <i>CONTAS 2016</i> .....  | 18        |
| <b>BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b> .....   | <b>20</b> |
| <b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b><br>..... | <b>21</b> |
| 1. <i>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE</i> .....   | 21        |
| 2. <i>REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</i> .....            | 21        |
| 3. <i>PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES</i> .....        | 21        |
| 4. <i>DONATIVOS</i> .....   | 25        |
| 5. <i>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</i> .....   | 27        |
| 6. <i>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</i> .....   | 28        |
| 7. <i>OUTROS GASTOS E PERDAS</i> .....  | 28        |
| 8. <i>GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO</i> .....                                  | 28        |
| 9. <i>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</i> .....  | 29        |
| 10. <i>ACTIVO FIXO TANGÍVEL</i> .....   | 29        |
| 11. <i>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</i> .....   | 29        |
| 12. <i>FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS</i> .....                | 30        |
| 13. <i>OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR</i> .....  | 31        |
| 14. <i>CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS</i> .....  | 32        |
| 15. <i>FUNDOS PATRIMONIAIS</i> .....  | 32        |
| 16. <i>FORNECEDORES</i> .....   | 32        |
| 17. <i>DIFERIMENTOS</i> .....   | 33        |
| 18. <i>ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO</i> .....  | 33        |
| 19. <i>DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO</i> .....   | 33        |

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Com referência a 31 Dezembro de 2016

### **Carta do Presidente**

Caros Associados, Voluntários, Beneficiários, Parceiros e Amigos do Movimento Re-food.

Escrevo hoje, dia 9 Março de 2017, exactamente seis anos depois de terem sido feitas as primeiras recolhas e entregas de comida excedentária, pelo Movimento Re-food.

Desde aquele dia, os milhões de refeições que foram resgatadas e os milhares de pessoas alimentadas são um testemunho do empenho e da dedicação da toda a família Re-food.

Estas ações, individuais e cumulativas, têm o efeito de mudar o mundo – dentro e fora de nós.

O resultado do nosso trabalho é cada vez mais visível, tanto pelo impacto social produzido, por cada núcleo local e pelo Movimento em geral, como pela mudança tangível na nossa sociedade.

Instituições públicas e privadas têm tomado posições e ações reveladoras dessas mudanças.

No ano de 2016, declarado pela Assembleia da República como “Ano Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar”, o Movimento Re-food continuou de crescer, enquanto a organização nacional, regional e local amadureceu.

Desde o início, os nossos desafios estão em constante mudança. Hoje, devido às alterações gerais porque nos temos batido, vemo-nos na contingência de nos prepararmos para receber cada vez mais comida excedentária – lembrando que cada refeição é preciosa e cada participação voluntária valiosa.

Quero deixar uma palavra de agradecimento a cada voluntário, cada beneficiário, cada parceiro e cada amigo envolvido no trabalho que partilhamos.

Saudamos também todos os que se irão juntar a nós, nesta luta, no ano de 2017!

Muito Obrigado,

Hunter Halder

Presidente Re-food 4 Good

## Introdução

Apresenta-se, para apreciação pela Assembleia Geral da Associação Re-food 4 Good - IPSS, o Relatório e Contas relativo ao ano de 2016, de acordo com as determinações legais e estatutárias.

Neste Relatório, começaremos por abordar os acontecimentos de 2016 que mais marcaram o nosso País, na perspectiva do terceiro sector, onde nos enquadramos, com o objectivo de dar ênfase ao trabalho desenvolvido em prol do combate à fome, da eliminação do desperdício alimentar e da promoção da inclusão social, os três grandes pilares do nosso trabalho de voluntariado.

Sempre que tal se justifique, procuraremos destacar as iniciativas da Re-food neste contexto, na defesa de opções que acreditamos ser as mais justas para uma sociedade equilibrada e solidária, com o propósito de adequar os procedimentos do Movimento Re-food, à realidade dos nossos dias.

De seguida procuraremos apresentar o trabalho desenvolvido pela Associação e pelo Movimento Re-food, que nela se integra, sintetizando os factos principais ocorridos ao longo do ano de 2016, bem como o desempenho à luz do Plano traçado para aquele ano.

Assim, abordaremos a expansão e consolidação dos Centros de Operação Re-food, a realidade regional e a descentralização das funções de gestão, a formação de gestores, a diversificação operada na recolha de alimentos e no destino dos mesmos e a participação do Movimento em algumas iniciativas político-sociais.

Destacaremos, num capítulo, o impacto social do trabalho desenvolvido pela Re-food.

Seguir-se-á a apresentação das contas do exercício de 2016 com algumas considerações tidas por mais pertinentes, para que os Associados possam retirar as suas conclusões, permitindo, em conjunto, desenvolver as melhores práticas.

Não deixaremos de procurar sintetizar, em forma de conclusão, tudo o que tem sido feito para mantermos o foco naquilo que é o essencial.

## 2016 – Ano do combate ao Desperdício Alimentar

No final de 2015, o Parlamento Europeu recomendou que os Estados Membros reduzissem para metade, durante o ano de 2016, a quantidade de alimentos que vão para o lixo.

Em resposta a esta iniciativa, a Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis de todos os partidos nela representados, a Resolução da A.R. n.º 65/2015, que declarou 2016, o ano nacional do combate ao desperdício alimentar.

Para se poder ter uma noção da importância desta resolução e da imperiosa necessidade de se tomarem medidas urgentes para combater o desperdício alimentar, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), reportou que os países industrializados desperdiçam 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos por ano, o que chegaria para alimentar as cerca de 925 milhões de pessoas que passam fome no mundo.

Todos os anos, os portugueses deitam para o lixo um milhão de toneladas de alimentos, ou seja, cada adulto desperdiça, em média, 132 quilos de comida por ano. Só as famílias desperdiçam 324 mil toneladas e 17% da comida é deitada fora ainda antes de chegar aos consumidores. Um desperdício que no conjunto da União Europeia chega aos 88 milhões de toneladas.

A Re-food, através da sua Direcção, participou activamente nesta iniciativa da Assembleia da República, tendo estado presente em 3 reuniões ocorridas no Parlamento, por iniciativa dos grupos parlamentares, tendo tido oportunidade de apresentar os seus argumentos, e contribuir para a adopção de medidas ajustadas à realidade por nós experienciada.

No dia 6 de Fevereiro de 2017, como corolário do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2016, a Assembleia da República aprovou a Resolução n.º 13/2017, que consubstancia um conjunto de recomendações ao governo, para que sejam tomadas medidas de combate ao desperdício alimentar, e que pela sua relevância, aqui transcrevemos:

### *1 - No âmbito da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA):*

*a) Divulgue e promova a replicação do modelo do Comissariado e Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar de Lisboa, em estreita articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias, procurando fomentar a criação de uma rede nacional de combate ao desperdício alimentar que, simultaneamente, sensibilize e envolva as organizações da sociedade civil, os cidadãos e os autarcas nesta nova política pública;*

*b) Promova uma campanha de informação ao consumidor sobre a qualidade e a segurança alimentar dos produtos que não cumprem as regras comuns de calibragem (calibre, cor ou forma), mas que podem ser comercializados a um custo mais reduzido, e dinamize a sua comercialização na central de compras da Administração Pública, para utilização nas cantinas e refeitórios públicos, bem como pelas instituições de solidariedade social, de forma a impulsionar o escoamento desses produtos;*

*c) Estude critérios para estabelecer a atribuição de incentivos que premeiem os projetos de sustentabilidade ambiental que satisfazem os objetivos da Agenda 2030, nomeadamente minimizar os encargos que o sector agrícola tem com a logística de distribuição dos produtos que não cumprem as regras comuns de calibragem, seja através de programas comunitários, seja através de programas nacionais de apoio;*

*d) Divulgue, nas instâncias próprias da União Europeia, as boas práticas e os bons exemplos de campanhas dirigidas aos consumidores que Portugal tem implementado, com particular destaque para as que empregam galardões de desenvolvimento sustentável;*

*e) Realize um diagnóstico, com a participação de equipas multidisciplinares e de associações e entidades responsáveis, que permita conhecer mais pormenorizadamente os níveis e fatores de desperdício alimentar em Portugal, assim como os obstáculos existentes ao seu efetivo combate.*

*2 - Tendo em conta que o Despacho n.º 14202-B/2016, de 25 de novembro, determina que a CNCDA submete, até 31 de dezembro de 2016, ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural a proposta da Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA) e do Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar (PACDA):*

*a) Inicie, em janeiro de 2017, a participação pública sobre a proposta da ENCDA e do PACDA, a qual deve decorrer durante um período que permita um forte envolvimento do público e de forma descentralizada pelo território nacional, com vista a recolher os contributos de todos os interessados, os seus pontos de vista e propostas para o combate ao desperdício alimentar.*

*b) Findo o período de participação pública, comece a implementar a ENCDA e o PACDA no primeiro semestre de 2017.*

*3 - Em termos de medidas orientadas para o setor agrícola:*

*a) Defenda, na União Europeia, a especificidade do setor agrícola na definição dos indicadores de medida de desperdício alimentar na fase de produção;*

*b) Destine um investimento público significativo à promoção do acesso aos mercados por parte das pequenas e muito pequenas explorações agrícolas;*

*c) Crie condições para que as cantinas públicas optem por produtos locais ou nacionais, desde que disponíveis no mercado.*

Se considerarmos que estes são os primeiros passos dados pela Assembleia da República, no combate ao desperdício alimentar, as iniciativas são de louvar, não obstante estarem essencialmente voltadas para os grandes produtores, deixando de lado o que se passa, no dia a dia, nas nossas próprias casas.

Refletirmos sobre o trabalho desenvolvido a respeito do desperdício alimentar, sem olhar para o outro lado da nossa missão – o combate à fome – seria escamotear a dura realidade social em que vivemos.

Apesar do enorme desenvolvimento social e económico dos últimos anos, ainda existem muitas famílias portuguesas onde se saltam refeições, por não existir comida suficiente em casa. Estas formas mais extremas de insegurança alimentar, ou fome, coexistem com outras menos extremas, onde se esticam orçamentos ou se recorre a comida de muito má qualidade e com excesso de calorias para obter a necessária energia ao fim do dia.

Segundo os dados do estudo “Infofamília” da Direcção Geral de Saúde, em Portugal e na amostra que representava famílias que frequentavam o Sistema Nacional de Saúde, uma em cada catorze famílias tinha um problema grave no acesso aos alimentos.

Num artigo publicado na revista “Visão”, (assinado por Pedro Graça, Director do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, da DGS), foram apresentados três motivos pelos quais não existe, a nível político, no seio da União Europeia, uma divulgação sistematizada e medidas adequadas para combater estas duas frentes – a fome e o desperdício de alimentos.

*Em primeiro lugar, porque a divulgação destes números põe em causa todo o modelo de desenvolvimento económico europeu.”* São as Instituições de Solidariedade Social, como a Re-food, e os programas alimentares, que melhor resposta dão a estes problemas. Contudo, é preciso ir muito mais ao fundo da questão, porque na base de tudo está a incapacidade de múltiplas famílias, gerirem o seu parco orçamento alimentar, por falta de recursos.

Ou seja, *“não basta dar peixe. É preciso ensinar a pescar”*.

O dia em que a Re-food deixar de ser necessária, será o dia em que os seus objectivos se encontram atingidos, tendo todos nós - Associados, Voluntários e Parceiros - cumprido plenamente esta missão comum a todos – acabar com a fome e passar a fazer-se a gestão dos alimentos excedentes com a prudência exigida.

*“O segundo motivo é o económico. A União Europeia possui diversos programas de ajuda alimentar, onde os grandes contribuintes são a indústria agrícola e alimentar, em que os géneros alimentícios frequentemente disponibilizados são os que se conservam melhor e que resultam muitas vezes de excedentes da própria indústria. Infelizmente, e em muitos casos, esses alimentos são nutricionalmente pouco interessantes e hipercalóricos, contribuindo para o aumento dos casos de doença crónica (particularmente diabetes e doença cardiovascular) nas populações receptoras desta ajuda a longo prazo.*

*O terceiro motivo vem do facto dos “pobres alimentares” serem cada vez mais imprevisíveis. Já não são apenas as famílias rurais que tiveram uma má colheita, mas são cada vez mais as famílias urbanas, escolarizadas, com um ou dois desempregados no agregado, onde se mantêm os encargos com filhos ou com a habitação e onde a alimentação é a única parte do orçamento que pode ser esticada à exaustão. Famílias ou idosos a viverem sozinhos, que só em última instância pedem ajudam alimentar, mas onde a malnutrição está presente, com consequências trágicas.”*

Pelo exposto, percebe-se que muito está ainda por fazer, cabendo-nos a criatividade, o empenho e a vontade para evoluirmos nos nossos objectivos.

## Execução do Plano e Orçamento 2016

O Plano de 2016, que o Movimento Re-food se havia proposto realizar, através do trabalho dos seus núcleos locais, regionais e nacional, contemplava três grandes objectivos principais, que foram plenamente atingidos:

1. Abrir mais núcleos, para servir mais comunidades.
2. Aumentar a eficácia da organização e a qualidade dos serviços, nas diferentes comunidades.
3. Prosseguir com o aperfeiçoamento do modelo Re-food e dos seus documentos chave.

Numa breve síntese, que dividimos em 8 subtítulos, passamos a descrever algumas das muitas actividades desenvolvidas em 2016, alguns dos sucessos alcançados e dificuldades sentidas.

1. Abertura de novos núcleos.

A Re-food abriu, em 2016, 11 novos núcleos, tendo no final do ano os seguintes 35 núcleos em plena operação:

- Nossa Senhora de Fátima (2011);  
Telheiras (2012), Estrela e Lumiar (2013), Alfragide, Olivais, Foz do Douro e São Sebastião de Pedreira (2014); Algoz-Tunes, Braga, Alcobaça, Carnide, Misericórdia, Cascais, Parque das Nações, Alvalade, Almancil, Belém, Covilhã, Santo António, Alcântara, Cascais CPR (Carcavelos, Parede e São Domingos de Rana), Leiria e Santa Clara (2015); Caldas da Rainha, Maia Centro, Penha de França, Vila Nova de Famalicão, Santa Maria Maior, Guarda, Senhora da Hora, Faro, Benfica, Carnaxide e Oeiras (2016).

Há neste momento 27 novos núcleos em desenvolvimento, podendo iniciar a sua actividade em qualquer momento, aguardando apenas que se reúnam as condições físicas e humanas para o pleno funcionamento do modelo Re-food, com a segurança e rigor necessários.

A desaceleração do crescimento da Re-food, durante este ano, ficou a dever-se à necessidade de garantir a sua sustentabilidade, como um todo, tendo sido dedicado um maior esforço à reorganização dos núcleos, à sua interligação, à implementação do modelo de gestão mais eficaz e já assente e ao cumprimento das obrigações legais, que determinam a consolidação de todo o trabalho desenvolvido pelos diferentes núcleos, no núcleo nacional e, por último, na Associação.

2. O II Encontro Nacional Re-food.

Durante o II Encontro Nacional Re-food, realizado em 23 de Janeiro de 2016, estiveram representados 52 núcleos, em operação e em desenvolvimento, tendo-se congregado várias centenas de gestores e pioneiros,



vindos de todo o País, numa iniciativa com vista ao conhecimento mútuo, à formação e troca de experiência, que permite, em última instância, a harmonização do modelo Re-food, seja onde for que esteja presente.

A rede de formadores a nível nacional, regional e local foi criada neste encontro, tendo tido importantes progressos ao longo de todo o ano, na formação regular e transversal dos gestores, em todo o País.

De igual modo, o site oficial da Re-food 4 Good – [www.re-food.org](http://www.re-food.org) - foi apresentado e lançado neste evento, constituindo, hoje, uma importante ferramenta que permite, entre outras coisas, a concretização de um dos princípios basilares da Associação - a transparência. Nele está divulgada a informação relevante da Re-food.

Também neste II Encontro Nacional, foram formadas diversas novas equipas de pioneiros, que presentemente desenvolvem os seus trabalhos, de forma acelerada, para a abertura de mais centros de operação.

De referir, ainda sobre o Encontro Nacional, que esteve presente, como convidado de honra, o Exmo. Senhor Helder Muteia, na qualidade de representante da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) em Portugal.

Em Setembro de 2016 o Movimento completou os seus cinco anos de vida, tendo-o celebrado com um almoço que reuniu 600 beneficiários e voluntários, na Cantina Velha da Universidade de Lisboa.

### 3. Renovação dos modelos de gestão.

Os frutos da reestruturação realizada nos anos transactos fizeram-se sentir no decurso de 2016, por um lado, pela estabilização na adopção dos procedimentos que constituem o modelo Re-food, na gestão dos diversos núcleos (locais e regionais) e, por outro lado, pela implementação, bem sucedida, dum modelo de gestão, mais plural, assente na vontade da totalidade da equipa de gestores, como “órgão colegial” deliberativo e um “órgão executivo”, eleito por aquele, dirigido por um coordenador responsável e coadjuvado pelos restantes gestores, distribuídos por diferentes pastas.

Além de ser mais consensual, relativo às decisões tomadas, permite um maior controle na execução das tarefas do núcleo.

### 4. Actualização de Directivas.

Foram revistas e actualizadas as Directivas que regem a principal actividade dos núcleos Re-food.

Estão neste momento em vigor 13 Directivas, que abordam os seguintes temas:

1 – O Movimento Re-food; 2 – Missão; 3 – Enquadramento Jurídico e Governação; 4 – Comunicação; 5 – Financeira; 6 – Gestão do Núcleo Nacional; 7 – Gestão do Núcleo Regional; 8 – Gestão do Núcleo Local; 9 – Gestão do Apoio da Comunidade; 10 – Gestão de Fontes de Alimentos; 11 - Gestão de Voluntários; 12 – Gestão de Beneficiários; 13 – Gestão de Operações.

### 5. Alteração do Regulamento Interno.

Procedemos à revisão e actualização do Regulamento Interno, o qual foi aprovado na última Assembleia Geral.

## 6. Reorganização do Núcleo Nacional

Foi feito um trabalho de reorganização do núcleo nacional, dotando-o com capacidade para enfrentar os desafios atuais e futuros, com a criação de equipas de voluntários em áreas funcionais, como a financeira, informática, comunicação, parcerias, etc.

Foram sentidas dificuldades na obtenção de apoios da comunidade ao funcionamento do núcleo nacional. As parcerias desenvolvidas pelo núcleo nacional dizem, em geral, respeito e aplicam-se a todos os núcleos, revertendo as verbas obtidas para a criação de novos núcleos, ou a aquisição de bens (sacos, caixas, bicicletas, veículos, etc), ou ainda para a formação de gestores, equipamento informático, ou ainda mais recentemente, para a criação de plataformas informáticas que permitam a ligação de todos os núcleos entre si. Em todas as situações, as verbas obtidas são distribuídas pelos núcleos locais.

O núcleo nacional não tem um parceiro que o apoie a suportar os custos do funcionamento diário (electricidade, equipamento, instalações, etc.), sendo que é sempre mais fácil para um mecenas apoiar aquilo que é mais visível, como será o caso dos núcleos locais, onde o combate ao desperdício alimentar e à fome, efectivamente acontecem.

Tendo o núcleo nacional um trabalho essencialmente administrativo, financeiro e de coordenação dos núcleos regionais e locais, a obtenção de apoios que permitam a sua sustentabilidade acabam por ser difíceis de obter. A realidade é que a sustentabilidade dos serviços centrais da Re-food está em causa, por falta de apoios, sendo fundamental encontrar soluções a breve trecho.

## 7. Parcerias

Mantêm-se activas múltiplas parcerias iniciadas em anos transactos, designadamente, com o Rock in Rio, NOS Alive, Mani, Codil, Fundação Mapfre, Brisa, Marriott, entre outros.

Em parceria com a empresas SGS e Lidl, a Re-food desenvolveu um Manual de Procedimentos de Segurança Alimentar para uso pelo Movimento.

O Governo Português, 1 Hospital, 1 Universidade, 7 Câmaras Municipais, 12 Juntas de Freguesia, 7 Paróquias ou Instituições Religiosas, 2 empresas, 1 Associação e 1 pessoa em nome individual, cederam graciosamente espaços onde operam os Centros de Operações Re-food.

Os parceiros fontes de alimentos são, presentemente, mais de 1.300, entre os quais se incluem as maiores cadeias de distribuição (híper e supermercados), operadores de refeitórios e catering, hotéis, cadeias de restauração, restaurantes, pastelarias, padarias – todos a encaminhar os alimentos excedentária para a Re-food.

De referir, igualmente, que a Re-food ganhou, em 2016, um prémio oferecido pelo BPI Solidário, destinado a desenvolver uma plataforma virtual destinada a acolher novos voluntários e pioneiros, acompanhar os núcleos em desenvolvimento e dar formação a todo o Movimento.

## 8. Outras actividades

Foram diversos os momentos em que a Re-food foi o centro das atenções de diversos órgãos de comunicação, ao longo do ano, pelo trabalho desenvolvido e pelo reconhecimento dos resultados obtidos.

De entre todos, sobressai o impacto mediático alcançado, quando da visita do Senhor Presidente da República ao núcleo de Nossa Senhora de Fátima, no dia 26 de Dezembro, onde participou no jantar “Re-Natal”, já na sua 5ª edição, com a companhia de muitos beneficiários e voluntários, tendo no final distribuído presentes por todas as crianças apoiadas por aquele núcleo.

De realçar também que, em 2016, se deu início à recolha de alimentos vindos directamente da agricultura, promovidos pelos núcleos localizados em zonas mais afastadas de centros urbanos. Há um interesse manifestamente crescente, da parte dos agricultores, em colaborar no combate ao desperdício alimentar, estando a Re-food a adaptar-se rapidamente a esta nova realidade.

A nível das grandes cadeias de distribuição, também está patente o aumento de disponibilidade para combater o desperdício alimentar e, por esta via, contribuir para a luta contra a fome.

Da parte de parceiros, como refeitórios, restaurantes, cafés, padarias, etc., sente-se o resultado das sucessivas campanhas de sensibilização que foram sendo feitas ao longo dos últimos anos, bem como do reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Re-food, através de uma adesão cada vez maior e mais imediata.

Há cada vez mais pessoas com vontade de criar “uma ponte humana entre o excesso e a necessidade”, traduzida num maior número de pioneiros e voluntários Re-food.

O tecido empresarial expressa a sua maior disponibilidade para apoiar os serviços que produzam maior valor social e, cada vez mais se sente a vontade das instituições públicas na facilitação das tarefas.

Em suma, as sementes que foram lançadas, pacientemente, ao longo destes 6 anos, estão a dar os seus frutos, transformando e melhorando a nossa sociedade.

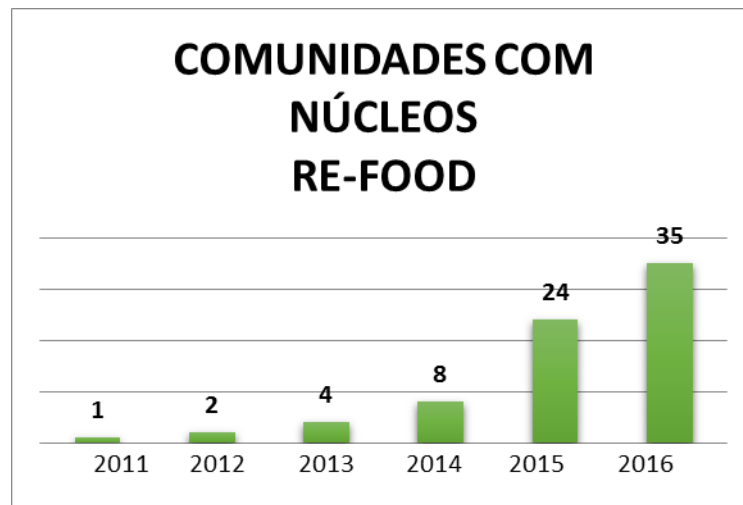
## O Impacto Social

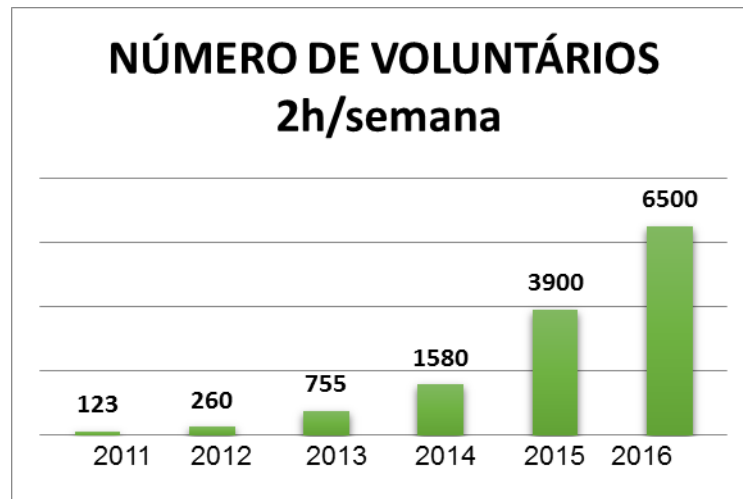
Para as Nações Unidas, o impacto social afere-se pelos “efeitos a longo prazo de uma intervenção de desenvolvimento, directos ou indirectos, positivos e negativos, primários e secundários, intencionais ou não intencionais”.

“A determinação do impacto social possibilita disponibilizar informação aos stakeholders, dotar os dirigentes e quadros técnicos de ferramentas de apoio à gestão e ao processo de tomada de decisão a nível estratégico e operacional, tornar as entidades da economia social mais eficientes e eficazes na resposta às necessidades existentes e criar uma cultura organizacional de avaliação e melhoria contínua”. (in, “Sensibilização para a avaliação do impacto social”, pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social).

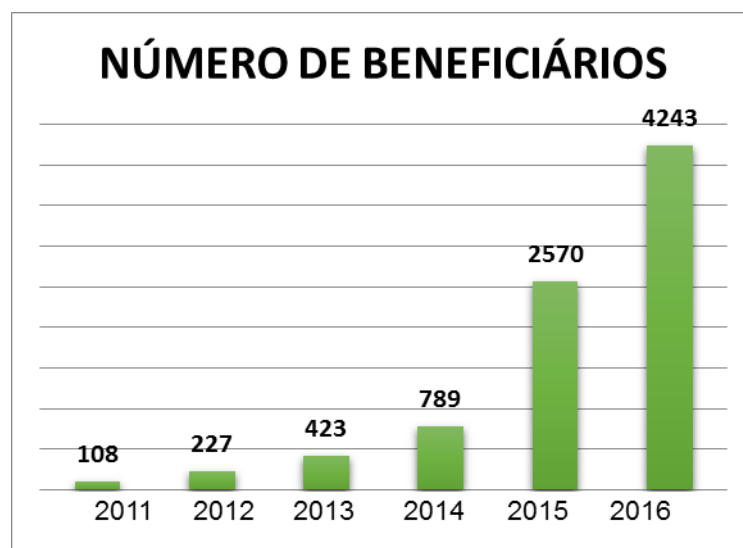
A Re-food tem vindo a utilizar esta ferramenta, desde os seus primórdios, com a intenção de se auto avaliar e conhecer, com o rigor possível, o seu posicionamento na sociedade onde está inserida.

Por este motivo apresentamos, em 8 gráficos distintos, informação a partir da qual se pode aferir do impacto social da Re-food, desde o seu início, em 2011, até ao final de 2016.

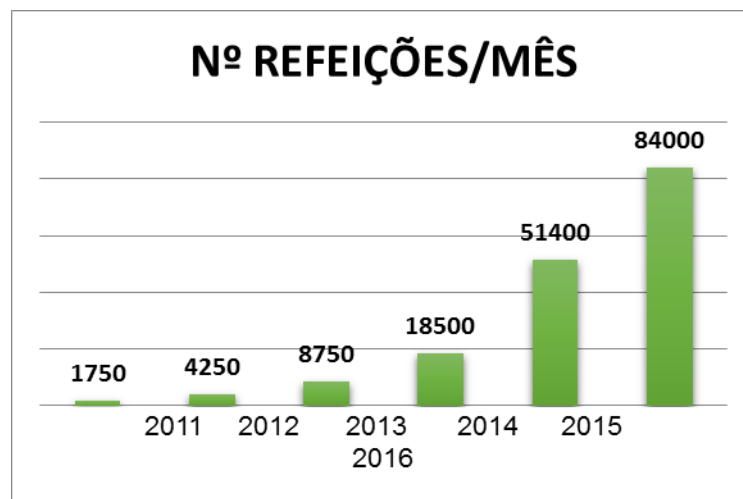




Os voluntários da Re-food são convidados a participar no Movimento, disponibilizando duas horas por semana, do seu tempo, para fazer a “ponte humana entre o excesso e a necessidade”. No entanto, a realidade tem mostrado que, pela generosidade e disponibilidade sempre manifestada pelos voluntários, muitos deles estendem esse tempo por períodos mais longos. É de realçar a dedicação da generalidade dos gestores Re-food, que se aplicam no exercício das competências por si assumidas, transformando a sua entrega, em resultados que aqui se apresentam. Tem sido o trabalho de todos, desempenhado de forma coesa, que nos permite chegar a este ponto - a união faz a força!



Comparando o gráfico dos voluntários, com o dos beneficiários, verificamos que o número dos primeiros, a partir de 2013, aumenta consideravelmente em relação ao dos segundos. Esta realidade prende-se, essencialmente, com os pioneiros e voluntários que, estando já a desenvolver o seu trabalho, na sua comunidade, com vista à abertura de novos núcleos Re-food, ainda não estão em pleno funcionamento, mas antes, na fase de criação de condições para iniciar a distribuição de alimentos. Se considerarmos que estão nesta situação, neste momento, 27 novos núcleos em desenvolvimento, melhor se compreenderão as diferenças apontadas.

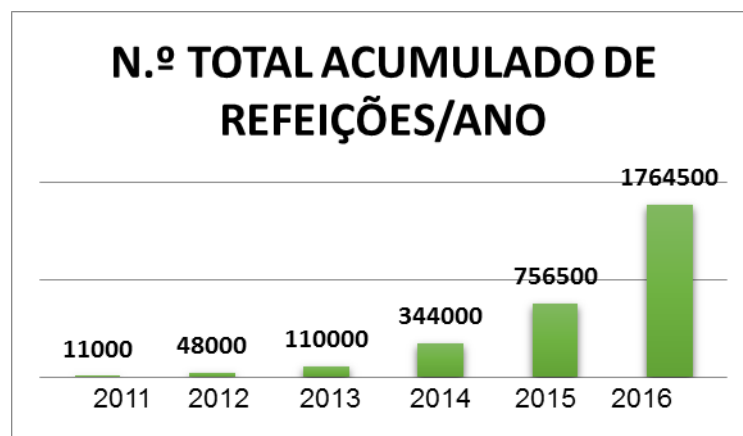
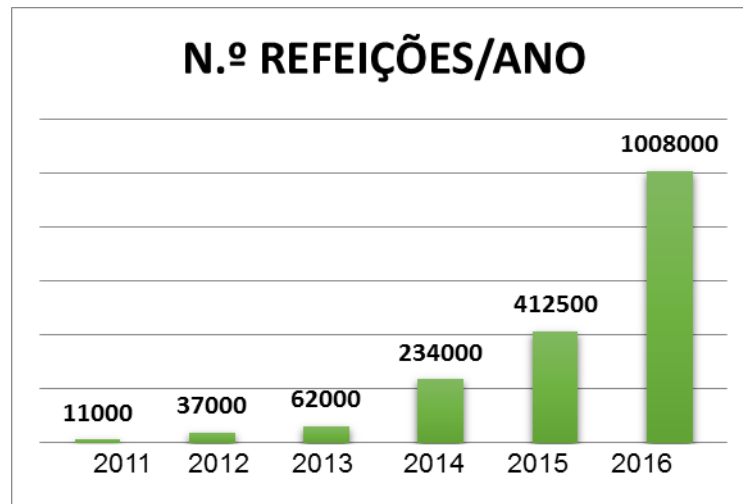


A aferição do impacto social, na óptica da Re-food, tem duas vertentes essenciais: como melhor servir cada beneficiário e como servir cada vez mais beneficiários.

Servir bem cada beneficiário passa por conhecer a sua realidade, ajudá-lo a resolver os seus problemas de escassez alimentar e de boa nutrição e encaminhá-lo para outros parceiros, para que possa receber outro tipo de apoios necessários, que o ajudarão a ultrapassar as dificuldades específicas da sua realidade.

Servir cada vez mais beneficiários passa pela replicação do modelo Re-food, de acordo com a vontade manifestada por cada comunidade, e pelo apoio necessário, para que a realidade assim criada produza os seus frutos localmente – vontade e empenho dos cidadãos.

Estas duas vertentes estão sempre presentes na vida do Movimento Re-food, pelo que, a leitura destes gráficos ilustrativos do nosso crescimento e impacto social, devem estar centradas no princípio de que, por trás dos números, há pessoas reais – tanto voluntários como beneficiários.



Na perspectiva do combate ao desperdício alimentar, convém referir que, ao empenho dos voluntários está intrinsecamente associada a crescente disponibilidade dos nossos parceiros, sem os quais, os resultados já alcançados não seriam possíveis.

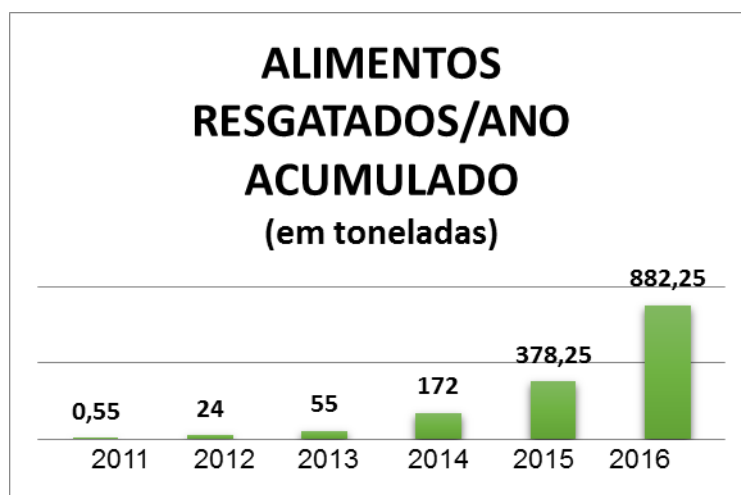
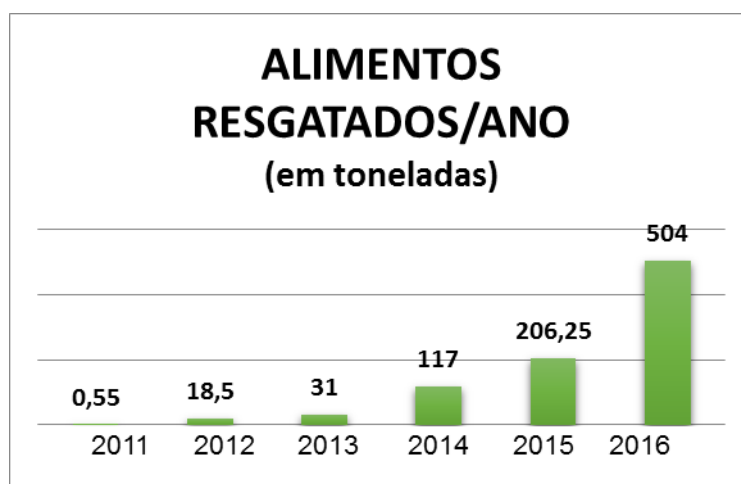
Opera-se gradualmente uma mudança de mentalidades, na nossa sociedade, em resposta às múltiplas campanhas realizados, não só pela Re-food, mas por tantas outras Instituições de Solidariedade Social, cujo trabalho de sensibilização, para o aproveitamento dos recursos alimentares, se vai entranhando na vida quotidiana dos cidadãos, empresas e instituições.

Em resultado disso, o enorme desafio de combate ao desperdício alimentar, já embandeirado a nível mundial, perspectiva-se como um dos grandes objectivos da sociedade moderna, com soluções que não se confinam ao

seu encaminhamento para quem tem fome, mas também para outras, como a alimentação de animais e o aproveitamento para a produção de energias alternativas, vulgo, combustagem.

Para a Re-food, a primazia será sempre dada ao encaminhamento dos excedentes alimentares para o combate à fome, sem exclusão de qualquer outro meio idóneo e eficaz.

A UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas, comunicou que a ONU estabeleceu como meta, o ano de 2030, para pôr fim ao desperdício alimentar.



Se tivermos presente o constante crescimento do Movimento Re-food, os números aqui apresentados fazem parte de um processo, em constante evolução, enquanto houver vontade para percorrer este caminho.



O nosso desafio e o nosso compromisso é o de assegurar a sustentabilidade dos serviços que prestamos, em prol dos mais carenciados, em paralelo com a expansão, para que todos tenham as suas oportunidades, de forma justa e equilibrada.

## **Conclusões**

Em 2016, o Movimento Re-food deu a resposta possível às muitas necessidades que se fazem sentir na nossa sociedade.

No fim de 2016 temos 35 núcleos em operação, com perto de 6.500 voluntários, resgatando 84.000 refeições por mês, vindas de 1.300 fontes de alimentos, para servir 4.200 beneficiários (quase diariamente).

Apesar do rápido crescimento e do volume de comida resgatada e distribuída, o nosso trabalho é equivalente a 0,05% de tudo o que está ainda por fazer.

Os desafios que encontramos pela frente são enormes, mas com boa vontade e um modelo cada vez mais eficaz, temos confiança de podermos encontrar as soluções e continuar a cumprir a missão Re-food.

Em 2016, foram-nos criadas as condições para nos podermos replicar por todo o País, utilizando meios técnicos e informáticos mais evoluídos, para nos comunicarmos de modo mais célere, para formar gestores, voluntários e pioneiros à distância e, em tempo real, conhecermos e respondermos melhor, às necessidades de todos.

Este é mais um desafio com que nos deparamos, para o futuro breve, depois de mais um ano cumprido.

Antes de terminar, endereçamos os nossos agradecimentos ao Conselho Fiscal e, uma vez mais expressamos a nossa profunda convicção de que, sem o apoio dos Associados, a quem submetemos este Relatório e as Contas do ano de 2016, para aprovação, este trabalho não seria possível.

## Contas 2016

É neste contexto que apresentamos as contas relativas ao ano de 2016, nomeadamente o Balanço, Demonstração dos Resultados e Anexo, que constituem os documentos de prestação de contas, para apreciação pelos Associados.

Lisboa, 9 de Março de 2017

A Direcção

---

Presidente  
Hunter Halder

---

Vice-Presidente  
Otilia Faria

---

Tesoureira  
Paula Garcia

---

Vogal  
Francisca Vermelho

---

Secretário  
Luís Barosa

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM  
31.DEZEMBRO.2016**

|  | <b>Notas</b> | <b>2016</b>       | <b>2015</b>       |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Donativos  | 4            | 1.551.860,37      | 966.127,18        |
| Custo dos donativos em espécie   | 4            | (1.274.590,13)    | (735.754,94)      |
| Fornecimentos e serviços externos  | 5            | (194.840,42)      | (114.166,57)      |
| Outros rendimentos e ganhos  | 6            | 69.182,74         | 1.961,33          |
| Outros gastos e perdas   | 7            | (12.859,14)       | (7.091,31)        |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |              | <b>138.753,42</b> | <b>111.075,69</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | 8            | (18.949,11)       | (7.425,40)        |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |              | <b>119.804,31</b> | <b>103.650,29</b> |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                      | 19           | 0,59              | 7,68              |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   |              | <b>119.804,90</b> | <b>103.657,97</b> |
| Imposto sobre o rendimento do período                                      | 9            | -                 | -                 |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |              | <b>119.804,90</b> | <b>103.657,97</b> |

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A DIREÇÃO

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

|   | Notas | 31.12.2016        | 31.12.2015        |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| <b>ACTIVO</b>   |       |                   |                   |
| <b>Activo não corrente</b>  |       |                   |                   |
| Activos fixos tangíveis   | 8,10  | 84.445,52         | 73.909,39         |
|   |       | <b>84.445,52</b>  | <b>73.909,39</b>  |
| <b>Activo corrente</b>  |       |                   |                   |
| Estado e outros entes públicos                                    | 11    |                   | 17,28             |
| Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros | 12    | 12.049,53         | 18.163,35         |
| Outras contas a receber   | 13    | 10.198,07         | 90.093,83         |
| Diferimentos  | 14    | 300,00            | -                 |
| Caixa e depósitos bancários                                       | 14    | 139.147,76        | 76.334,10         |
|   |       | <b>161.695,36</b> | <b>184.608,56</b> |
| <b>Total do activo</b>  |       | <b>246.140,88</b> | <b>258.517,95</b> |
| <b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>  |       |                   |                   |
| <b>Capital próprio</b>  |       |                   |                   |
| Fundos  | 15    | 379,44            | 379,44            |
| Resultados transitados  | 2     | 103.658,94        | -                 |
| Resultado líquido do período                                      |       | 119.804,90        | 103.657,97        |
| <b>Total do fundo de capital</b>                                  |       | <b>223.843,28</b> | <b>104.037,41</b> |
| <b>Passivo</b>  |       |                   |                   |
| <b>Passivo corrente</b>   |       |                   |                   |
| Fornecedores  | 16    | 4.597,46          | 21.791,52         |
| Estado e outros entes públicos                                    | 11    | 75,00             | 20,36             |
| Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros | 12    | 4.839,00          | 32.894,02         |
| Outras contas a pagar   | 13    | 12.786,14         | 99.774,64         |
|   |       | <b>22.297,60</b>  | <b>154.480,54</b> |
| <b>Total do passivo</b>   |       | <b>22.297,60</b>  | <b>154.480,54</b> |
| <b>Total do capital próprio e do passivo</b>                      |       | <b>246.140,88</b> | <b>258.517,95</b> |

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A DIREÇÃO



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

### 1. Identificação da entidade

A Re-food 4 Good - Associação é uma entidade Instituição Particular de Solidariedade Social com sede no Campo Grande, 78 – 8º Esquerdo), Portugal. A sua actividade consiste na redistribuição do desperdício alimentar por famílias carenciadas.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015, com excepção dos pressupostos de reconhecimento do rendimento do período relativo aos donativos. O rendimento dos donativos é imputável ao período contabilístico a que respeita o seu recebimento, em cumprimento do disposto no normativo contabilístico aplicável.

### 3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

#### Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

| Ativo  | Vida Útil (anos) |
|--|------------------|
| Máquinas de Lavar, Frigoríficos, Esquentadores, Ventiladores | 5                |
| Bancadas   | 8                |
| Viaturas   | 6                |

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Os activos fixos tangíveis em curso referem-se a activos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

#### Imparidade dos activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

### Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

### Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

A todos os produtos vendidos pela empresa é concedida garantia por defeitos de fabrico de dois anos. Quando a empresa reconhece o rédito das vendas, regista igualmente uma provisão para o custo estimado da obrigação com a garantia.

### Instrumentos financeiros

#### i) Fundadores/Beneméritos /Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Na sua generalidade os documentos relativos a Donativos é emitido após dreceção do mesmo, pelo que não existem dividas desta natureza (o saldos que possam existir correspondem a recebimentos de donativos em numerário relativamente aos quais não foi possível identificar o correspondente documento de donativo).

#### iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

### Imposto sobre o rendimento

A Re-food é uma Instituição de Solidariedade Social, com rendimentos exclusivamente provenientes da sua atividade de ação social e como tal isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) nos termos do artigo 10º, n.º1, alínea b) do CIRC.

### Rédito e Rendimentos

Os rendimentos da Re-food consubstanciam exclusivamente donativos em numerário e em espécie e como tal são reconhecidos por quantia fiavelmente mensurada, no caso dos donativos em espécie determinada pelo respectivo mecenas, e no caso dos donativos em numerário pelo valor da respectiva contraprestação. O rendimento dos donativos é imputável ao período contabilístico a que respeita o seu recebimento.



### Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

## 4. Donativos

A rubrica *Donativos* detalha-se como segue:

|              | 2016                |                   |                     | 2015              |                   |                   |
|--------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|              | Espécie             | Numerário         | Total               | Espécie           | Numerário         | Total             |
|              | 1.300.155,14        | 251.495,23        | 1.551.650,37        | 735.754,94        | 230.372,24        | 966.127,18        |
| <b>Total</b> | <b>1.300.155,14</b> | <b>251.495,23</b> | <b>1.551.650,37</b> | <b>735.754,94</b> | <b>230.372,24</b> | <b>966.127,18</b> |

A sua repartição, por núcleo, é como se detalha:

|                          | 2016              |                     |                     | 2015              |                |                |
|--------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|----------------|----------------|
|                          | Numerário         | Espécie             | Total               | Numerário         | Espécie        | Total          |
| Nucleo Nacional          | 77.041,52         | 76.176,53           | 153.428,05          | 170.331           | 59.969         | 230.300        |
| Nossa Senhora de Fátima  | 2.777,94          | 56.907,45           | 59.685,39           | 1.370             | 31.984         | 33.354         |
| Telheiras                | 6.029,39          | 135.225,94          | 141.255,33          | 4.522             | 74.709         | 79.231         |
| Estrela                  | 6.688,37          | 129.321,65          | 136.010,02          | 610               | 122.312        | 122.922        |
| Lumiar                   | 4.799,86          | 66.827,31           | 71.627,17           | 2.570             | 68.886         | 71.456         |
| Alfragide                | 6.093,43          | 82.130,95           | 88.224,38           | 2.788             | 56.784         | 59.573         |
| Olivais                  | 6.646,00          | 28.365,62           | 35.011,62           | 2.567             | 11.303         | 13.870         |
| S. Sebastião da Pedreira | 5.215,27          | 4.659,90            | 9.875,17            | 1.744             |                | 1.744          |
| Misericórdia             | 3.045,75          | 31.660,79           | 34.706,54           | 6.834             | 6.017          | 12.851         |
| Belém                    | 4.469,00          | 116.914,20          | 121.383,20          | 1.240             | 47.694         | 48.934         |
| Carnide                  | 420,00            | 29.767,08           | 30.187,08           | 1.283             | 28.687         | 29.970         |
| Alvalade                 | 1.959,02          | 23.967,43           | 25.926,45           | 2.203             | 10.698         | 12.902         |
| Alcântara                | 19.191,32         | 266,00              | 19.457,32           | 2.695             | 3.859          | 6.554          |
| Santo António            | 1.500,00          | 4.320,55            | 5.820,55            |                   |                |                |
| Parque das Nações        | 10.426,73         | 65.231,00           | 75.657,73           | 9.270             | 34.978         | 44.248         |
| Cascais                  | 15.159,88         | 36.743,83           | 51.903,71           | 1.535             | 41.294         | 42.829         |
| Cascais CPR              | 6.855,10          | 30.559,42           | 37.414,52           | 2.510             | 3.266          | 5.776          |
| Santa Clara              | 859,00            | 36.360,37           | 37.219,37           |                   |                |                |
| Benfica                  | 5.910,19          | 135,00              | 6.045,19            | 5.000             |                | 5.000          |
| Campo de Ourique         |                   | 65,06               | 65,06               |                   | 18             | 18             |
| São Domingos de Benfica  | 3.458,00          | 453,74              | 3.911,74            |                   |                |                |
| Penha de França          | 656,00            | 13.811,44           | 14.467,44           |                   |                |                |
| Santa Maria Maior        | 151,56            | 13.936,55           | 14.088,11           | 1.005             | 1.215          | 2.220          |
| Oeiras                   | 710,00            | 6.501,70            | 7.211,70            |                   |                |                |
| Camaxide                 | 2.553,31          | 7.681,29            | 10.234,60           |                   |                |                |
| Sacavém                  | 367,97            |                     | 367,97              |                   |                |                |
| Foz do Douro             | 10.282,88         | 122.588,09          | 132.870,97          | 7.875             | 86.832         | 94.707         |
| Senhora da Hora          |                   | 14.248,80           | 14.248,80           | 1.000             | 67             | 1.067          |
| Maia Centro              | 2.722,18          | 23.339,03           | 26.061,21           |                   |                |                |
| Ermesinde                | 2.835,00          | 506,48              | 3.341,48            |                   |                |                |
| Leça da Palmeira         |                   |                     | -                   | 759               |                | 759            |
| Algoz Tunes              |                   | 9.621,19            | 9.621,19            |                   | 2.730          | 2.730          |
| Almancil                 | 359,50            | 4.270,02            | 4.629,52            |                   |                |                |
| Faro                     | 9.309,02          | 18.789,06           | 28.098,08           | 625               | 2.939          | 3.564          |
| Braga                    | 442,50            | 15.253,50           | 15.696,00           | 216               | 13.515         | 13.731         |
| Viana do Castelo         | 12.004,14         | 391,14              | 12.395,28           |                   |                |                |
| Vila Nova Famalicão      | 4.050,99          | 1.472,34            | 5.523,33            |                   |                |                |
| Alcobaça                 |                   | 23.041,50           | 23.041,50           |                   | 12.770         | 12.770         |
| Leiria                   | 6.736,90          | 23.610,35           | 30.347,25           | 711               | 4.511          | 5.222          |
| Caldas da Rainha         | 2.135,00          | 3.070,03            | 5.205,03            | 710               | 1.108          | 1.818          |
| Covilhã                  | 2.946,17          | 25.247,42           | 28.193,59           | 800               | 4.686          | 5.486          |
| Guarda                   | 2.065,32          | 9.604,51            | 11.669,83           | 420               | 49             | 468            |
| Santarém                 | 1.581,84          | 4.678,90            | 6.260,74            |                   |                | -              |
| Cartaxo                  |                   | 696,92              | 696,92              |                   |                | -              |
| Aveiro                   | 1.000,00          | 1.167,40            | 2.167,40            |                   |                | -              |
| Coimbra                  |                   | 388,33              | 388,33              |                   |                |                |
| Almada                   | 39,18             | 179,33              | 218,51              | 20                | 35             | 55             |
| <b>Total</b>             | <b>251.495,23</b> | <b>1.300.155,14</b> | <b>1.551.860,37</b> | <b>233.213,73</b> | <b>732.913</b> | <b>966.127</b> |

## 5. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica *Fornecimentos e Serviços Externos* detalha-se como segue:

|                               | 2016              | 2015              | Variação |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|----------|
| Serviços Especializados       | 10.045,40         | 10.830,27         | -7%      |
| Subcontratos                  |                   | 1.350,00          | -100%    |
| Publicidade e Propaganda      | 7.784,08          | 15.221,51         | -49%     |
| Vigilância e Segurança        | 108,12            | 15.221,51         | -99%     |
| Honorários                    | 6.400,00          | 1.279,50          | 400%     |
| Conservação e Reparação       |                   | 8.277,25          | -100%    |
| Edifícios                     | 18.259,16         | 6.409,34          | 185%     |
| Equipamento Básico            | 511,52            | 598,09            | -14%     |
| Equipamento Transporte        | 1.664,71          | 1.269,82          | 31%      |
| Ferramentas e Utensílios      | 6.016,02          | 11.131,33         | -46%     |
| Material de Escritório        | 4.653,27          | 3.340,81          | 39%      |
| Embalagens                    | 18.918,49         | 10.465,26         | 81%      |
| Outros Serviços               |                   | 403,63            | -100%    |
| Electricidade                 | 24.228,88         | 8.988,39          | 170%     |
| Combustíveis                  | 4.226,39          | 2.053,84          | 106%     |
| Gas                           | 22,60             | 2.530,92          | -99%     |
| Água                          | 5.490,99          | 2.530,92          | 117%     |
| Deslocações e Estadas         | 2.185,13          | 487,34            | 348%     |
| Rendas e Alugueres            | 29.947,46         | 5.205,06          | 475%     |
| Comunicação                   | 11.086,98         | 1.719,38          | 545%     |
| Seguros                       | 6.941,44          | 1.724,99          | 302%     |
| Contencioso e notariados      |                   | 130,00            | -100%    |
| Despesas de representação     | 144,41            | 4.617,95          | -97%     |
| Limpeza, Higiene e Conforto   | 19.802,25         | 6.919,43          | 186%     |
| Serviços Bancárias            | 376,84            | 676,08            | -44%     |
| Acréscimo Estrela/Olivais/NSF |                   | 13.031,08         | -100%    |
| Outros Serviços               | 16.026,28         | 3.782,55          | 324%     |
| <b>Total</b>                  | <b>194.840,42</b> | <b>114.166,57</b> |          |

O incremento registado nesta rubrica de 2015 para 2016 é essencialmente justificado pelo aumento nas rubricas *Conservação e reparação* (relacionado com as obras de adaptação de novos núcleos), *Embalagens* e *Electricidade* (na sequência da abertura de novos núcleos), *Rendas* (especialmente as relacionadas com as viaturas ao serviço da recolha e distribuição dos alimentos) e *Limpeza, Higiene e Conforto* (reacionados com a limpeza e higienização dos núcleos).

O incremento da rubrica *Honorários* é essencialmente justificado pela subcontratação de serviços de apoio administrativo e financeiro.

## 6. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica *Outros Rendimentos e Ganhos* detalha-se como segue:

|                                       | <u>2016</u>             | <u>2015</u>            |
|---------------------------------------|-------------------------|------------------------|
| Descontos de Pronto Pagamento Obtidos | 16,92                   | 20,00                  |
| Juros Obtidos                         |                         | 7,68                   |
| Correções períodos anteriores         | 69.165,82               | 1.941,33               |
| <b>Total</b>                          | <b><u>69.182,74</u></b> | <b><u>1.961,33</u></b> |

## 7. Outros Gastos e Perdas

A rubrica *Outros Gastos e Perdas* detalha-se como segue:

|                                       | <u>2016</u>             | <u>2015</u>            |
|---------------------------------------|-------------------------|------------------------|
| Impostos                              | 9,85                    | -                      |
| Quotizações                           |                         | 50,00                  |
| Multas                                | 120,00                  | 1.010,50               |
| Despesas não devidamente documentadas |                         | 4.042,12               |
| Correções períodos anteriores         | 12.729,29               | 1.988,69               |
| <b>Total</b>                          | <b><u>12.859,14</u></b> | <b><u>7.091,31</u></b> |

## 8. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica *Gastos com Depreciações* detalha-se como segue:

|                                | <u>2016</u>            |                 |                        | <u>2015</u>           |                 |                       |
|--------------------------------|------------------------|-----------------|------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
|                                | Gastos                 | Reversao        | Total                  | Gastos                | Reversao        | Total                 |
| <b>Activos Fixos Tangíveis</b> |                        |                 |                        |                       |                 |                       |
| Equipamento Básico             | 8.579,7                |                 | 8.579,7                | 2.344,0               |                 | 2.344,0               |
| Equipamento Transporte         | 10.299,5               | -               | 10.299,5               | 5.081,4               | -               | 5.081,4               |
| Equipamento Administrativo     | 70,0                   | -               | 70,0                   | 5.081,4               | -               | 5.081,4               |
| <b>Subtotal</b>                | <b><u>18.949,1</u></b> | <b><u>-</u></b> | <b><u>18.949,1</u></b> | <b><u>7.425,4</u></b> | <b><u>-</u></b> | <b><u>7.425,4</u></b> |

## 9. Imposto sobre o Rendimento

A *Re-Food* é uma Instituição de Solidariedade Social, com rendimentos exclusivamente provenientes da sua atividade de ação social e como tal isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) nos termos do artigo 10º, n.º1, alínea b) do CIRC.

## 10. Activo fixo tangível

Os movimentos ocorridos na rubrica *Activo Fixo Tangível* detalham-se como segue:

|  | Equipamento       |                    |                | Total              |
|--|-------------------|--------------------|----------------|--------------------|
|  | Básico            | Transporte         | Administrativo |                    |
| <b>Quantia escriturada bruta inicial</b>   | <b>22.584,89</b>  | <b>62.777,06</b>   | -              | <b>85.361,95</b>   |
| Da qual quantia dispendida "Em Curso"      | -                 | -                  | -              | -                  |
| Depreciações acumuladas iniciais           | (1.520,51)        | (9.932,05)         | -              | (11.452,56)        |
| Perdas por imparidade acumuladas iniciais  | -                 | -                  | -              | -                  |
| <b>Quantia escriturada líquida inicial</b> | <b>21.064,38</b>  | <b>52.845,01</b>   | -              | <b>73.909,39</b>   |
| <b>Adições</b>                             | <b>25.266,80</b>  | <b>4.007,82</b>    | <b>794,99</b>  | <b>30.069,61</b>   |
| Dispêndios em curso                        | -                 | -                  | -              | -                  |
| Trabalhos para a própria entidade          | -                 | -                  | -              | -                  |
| Acréscimo por revalorização                | -                 | -                  | -              | -                  |
| Outras                                     | -                 | -                  | -              | -                  |
| <b>Total das adições</b>                   | <b>25.266,80</b>  | <b>4.007,82</b>    | <b>794,99</b>  | <b>30.069,61</b>   |
| <b>Diminuições</b>                         |                   |                    |                |                    |
| Depreciações                               | (8.579,66)        | (10.299,46)        | (69,99)        | (18.949,11)        |
| Perdas por imparidade                      | -                 | -                  | -              | -                  |
| Alienações                                 | -                 | -                  | -              | -                  |
| Abates                                     | -                 | -                  | -              | -                  |
| Outras                                     | (822,57)          | 238,20             | -              | (584,37)           |
| <b>Total das diminuições</b>               | <b>(9.402,23)</b> | <b>(10.061,26)</b> | <b>(69,99)</b> | <b>(19.533,48)</b> |
| <b>Quantia escriturada líquida final</b>   | <b>36.928,95</b>  | <b>46.791,57</b>   | <b>725,00</b>  | <b>84.445,52</b>   |

## 11. Estado e outros entes públicos

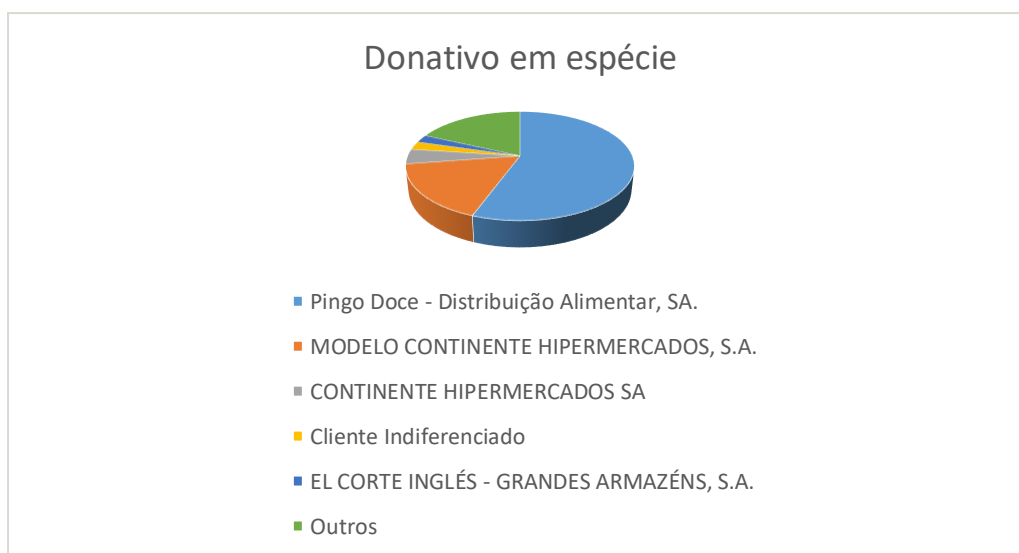
A rubrica *Estado e Outros Entes Públicos* detalha-se como segue:

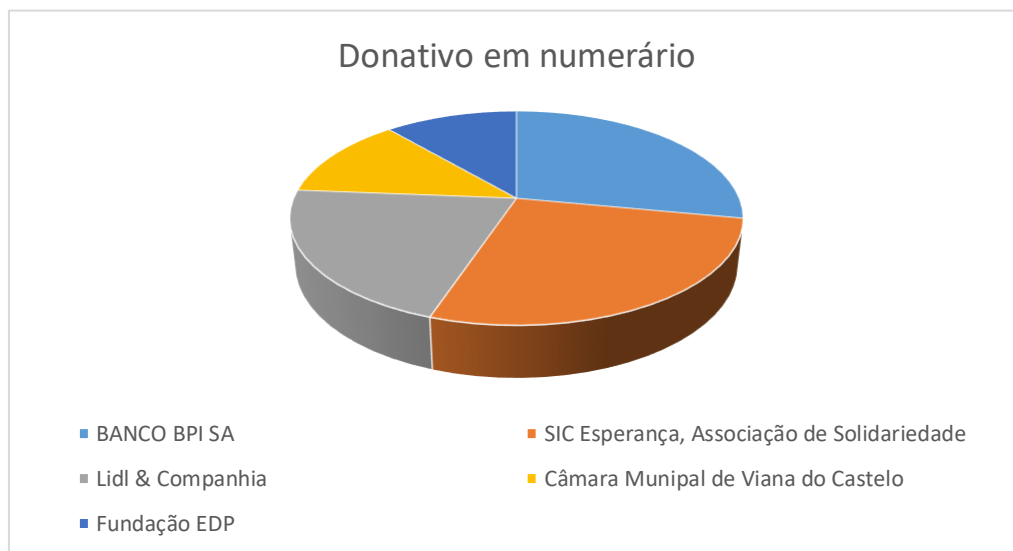
|                                   | <u>31.12.2016</u> | <u>31.12.2015</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Activo</b>                     |                   |                   |
| Imposto s/ Rendimento             | -                 | 17,28             |
| <b>Total</b>                      | <b>-</b>          | <b>17,28</b>      |
|                                   | <u>31.12.2016</u> | <u>31.12.2016</u> |
| <b>Passivo</b>                    |                   |                   |
| Retenção de Imposto s/ Rendimento | 75,00             | 20,36             |
| <b>Total</b>                      | <b>75,00</b>      | <b>20,36</b>      |

A Sociedade não tem contribuições em mora para com a Segurança Social e/ou para com o Estado.

## 12. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Os principais donativos em Espécie e em Numerário concedidos no ano de 2016 repartem-se como segue:





### 13. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica *Outras Contas a Receber e a Pagar* detalha-se como segue:

|   | <u>31.12.2016</u>       | <u>31.12.2015</u>       |
|---|-------------------------|-------------------------|
| <b>Activo</b>                           |                         |                         |
| <b>Corrente</b>                         |                         |                         |
| Fornecedores                            | 2.320,52                |                         |
| Fornecedores de Investimentos           | 565,27                  | 565,57                  |
| Devedores por Acréscimos de Rendimentos | 3.485,27                | 76.367,27               |
| Voluntários                             | 2.465,84                | 6.988,57                |
| Outros Devedores (Núcleos)              | 1.361,17                | 6.172,42                |
| <b>Total</b>                            | <b><u>10.198,07</u></b> | <b><u>90.093,83</u></b> |
|   | <u>31.12.2016</u>       | <u>31.12.2015</u>       |
| <b>Passivo</b>                          |                         |                         |
| <b>Corrente</b>                         |                         |                         |
| Fornecedores de Investimentos           | 752,28                  | 2.372,84                |
| Credores por Acréscimos de Gastos       | 6.107,84                | 89.308,35               |
| Voluntários                             | 271,72                  | 2.046,94                |
| Outros Credores (Núcleos)               | 5.654,30                | 6.046,51                |
| <b>Total</b>                            | <b><u>12.786,14</u></b> | <b><u>99.774,64</u></b> |

Com referência a 31.12.2016, a generalidade dos pagamentos a terceiros identificados no extracto bancário dos núcleos, e relativamente aos quais não foi ainda apresentada a correspondente factura, foi promovido o correspondente acréscimo na rubrica *Credores por Acréscimo de Gastos*.

#### 14. Caixa e depósitos bancários

A rubrica *Caixa e Depósitos Bancários* detalha-se como segue:

|                   | <u>31.12.2016</u>        | <u>31.12.2015</u>       |
|-------------------|--------------------------|-------------------------|
| Caixa             | 8.423,86                 | 868,51                  |
| Depósitos à Ordem | 129.223,90               | 64.765,59               |
| Depósitos a Prazo | 1.500,00                 | 10.700,00               |
|                   | <u><b>139.147,76</b></u> | <u><b>76.334,10</b></u> |

Com referência a 31.12.2016 as contas bancárias estão devidamente reconciliadas.

#### 15. Fundos Patrimoniais

A rubrica *Fundos Próprios* detalha-se como segue:

|        | <u>31.12.2016</u>    | <u>31.12.2015</u>    |
|--------|----------------------|----------------------|
|        | <u>Valor</u>         | <u>Valor</u>         |
| Fundos | 379,44               | 379,44               |
|        | <u><b>379,44</b></u> | <u><b>379,44</b></u> |

#### 16. Fornecedores

A rubrica *Fornecedores* detalha-se como segue:

|                | <u>31.12.2016</u>      | <u>31.12.2015</u>       |
|----------------|------------------------|-------------------------|
| <b>A pagar</b> |                        |                         |
| < 90 dias      | 4.597,46               | 21.791,52               |
| 90 - 180 dias  | -                      | -                       |
| > 180 dias     | -                      | -                       |
| <b>Total</b>   | <u><b>4.597,46</b></u> | <u><b>21.791,52</b></u> |



## **17. Diferimentos**

Om saldo desta rubrica (300 euros) reflete o dispêndio com rendas que respeitam a 2017.

## **18. Acontecimentos após a data do balanço**

Não se registaram acontecimentos após a data do Balanço com relevância para ajustamento das demonstrações financeiras e/ou divulgação no Anexo.

## **19. Data de autorização para emissão**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 9 de Março de 2017.

Lisboa, 9 de Março de 2017

A Contabilista Certificada

A Direção